

INGLATERRA, PORTUGAL E O RIO DA PRATA ENTRE OS ANOS DE 1808 E 1811: RELAÇÕES E CONFLITOS*

ENGLAND, PORTUGAL AND LA PLATA RIVER BETWEEN THE YEARS OF 1808 AND 1811:
RELATIONS AND CONFLICTS

RONALDO BERNARDINO COLVERO**
Universidade Federal do Pampa
São Borja – Rio Grande do Sul, Brasil
Email: ronaldocolvero@unipampa.edu.br
Id-ORCID: 0000-0003-2958-8656

MURIEL PINTO
Universidade Federal do Pampa
São Borja – Rio Grande do Sul, Brasil
Email: murielpinto@unipampa.edu.br
Id-ORCID: 0000-0001-7004-690X

RESUMO

A vinda da Família Real portuguesa para o Brasil, em 1808, acarretou uma nova configuração das relações políticas e comerciais especialmente tangentes às relações Portugal e Inglaterra no Brasil colônia. O projeto da união de domínios ibéricos sul-americanos sob a figura da princesa Carlota Joaquina foi um exemplo desta atuação.

Embora não tenha se consolidado esta união político-administrativa das possessões coloniais americanas, em especial na região do Prata, pôde-

ABSTRACT

The arrival of the Portuguese royal family to Brazil in 1808, resulted in a new configuration of political and trade relations, especially regarding the relations between Portugal and England, in Colonial Brazil. The project of uniting the Latin American Iberian domains under the figure of princess's Carlota Joaquina was an example of this practice. Although this political and administrative union of American colonial possessions, especially in the Prata region, did not

* Recibido: 06 de noviembre del 2019; Aprobado: 06 de abril del 2020.

** É fruto de um projeto de investigação de História Política do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa, realizada pelos dois pesquisadores do grupo de pesquisa Relações de Fronteira, durante três anos. As documentações foram pesquisadas no Arquivo do Itamaraty no Rio de Janeiro – Brasil, e no Archivo General De La Nación – Buenos Aires.

se observar o poder de influência e, por vezes, contradições de interesses, com que a Inglaterra, por meio de seus representantes, agia sob os governantes ibéricos visando maximizar seus ganhos, especialmente comerciais.

Palavras-chave: América colonial; Influência inglesa; Poder; Região do Prata

consolidate, the power of influence and sometimes contradictions of interests could be noticed, in which England, through its representatives, acted on the Iberian leaders, aiming to maximize their earnings, especially the commercial trade ones.

Key words: Colonial America; English influence; Power; Prata Region

Cómo citar: Bernardino Colvero, Ronaldo, Muriel Pinto. (2021). “Inglaterra, Portugal e o Rio da Prata entre os anos de 1808 e 1811: Relações e conflitos”. *Revista Historia Social y de las Mentalidades*, 25(1), 187-218. <https://doi.org/10.35588/rhsm.v25i1.4120>

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa teve como objetivo investigar as políticas efetivadas pela Coroa portuguesa que desencadearam a ocupação territorial na região nominada de Banda Oriental do rio Uruguai, em 1811, considerando-a um ponto nevrálgico para a logística da produção da metrópole espanhola em seus domínios coloniais na América, servindo como ponto de integração as rotas comerciais por onde eram transportadas as mercadorias através do Atlântico Sul nos períodos que abrangem o século XVIII e as décadas iniciais do XIX.

Antes de adentrar na especificidade deste trabalho, é necessário recorrer à literatura especializada sobre a visão do contexto europeu e regional, a que deve ser explanada, pois algumas questões são primordiais para reconstituir o cenário que antecede a nova configuração das relações políticas entre Portugal e Inglaterra. Antes de prosseguir, vale mencionar as referências utilizadas como suporte a este certame, tais como Azevedo; Brancato; Brum; Camargo; Calógeras; Donghi; Gallo.

O primeiro aspecto diz respeito às mudanças societárias, de cunho liberal, pouco a pouco, puseram fim ao Antigo Regime e introduziram profundas transformações nas relações sociais, políticas e econômicas na Europa ocidental, e logo seus impactos se fizeram sentir por todo aquele continente e posteriormente nos domínios coloniais ultramarinos. Neste quadro, o advento do Tratado de Utrecht (1713), já signatário da nova realidade, rompe com o monopólio comercial da Espanha com suas colônias e concede este direito aos ingleses. Deste momento em diante, as funções destinadas a cada ator dentro do capitalismo industrial em ascensão na Europa se definiram: o ocidente europeu com suas indústrias dominando o comércio através de produtos manufaturados,

e o resto da Europa e a América, inferiores no que se refere ao desenvolvimento econômico, relegadas ao papel de alimentar o crescimento capitalista dos mais desenvolvidos.

O expediente de Donghi revela que os impérios ibéricos no século XVIII visam sair de uma posição marginal no desenvolvimento em caráter globalização do novo sistema econômico europeu, e diante desta situação, Portugal, que tinha acordos firmados com os ingleses anteriores o tratado e os espanhóis depois, procurou galgar posição mais favorecida (86) através de uma reorganização que atingiu as relações administrativas, mercantis e militares direcionadas aos seus domínios americanos. Este é um ponto demonstrado pela questão econômica: é um fator contributivo para que se iniciem investidas na região platina, e dentro da ótica dos interesses ingleses e portugueses seria estratégico ter o controle deste território para incrementar sua lucratividade comercial.

Nem mesmo as fontes bibliográficas consultas, muito menos as fontes primárias, são capazes de fornecer uma alusão ao momento exato no qual Portugal passou a empregar ações visando tomar posse da região do Rio da Prata. Por outro lado, se verificou a presença desta ambição desde os primórdios do processo de colonização com a finalidade de abrir o caminho para a parcela da América ainda oculta ao império lusófono. Panoramicamente, foram três séculos em que as circunstâncias contextuais impediram o avanço. Um dos empecilhos colaboradores das falhas lusitanas em fixar sua bandeira naquela região eram as ações preventivas do Império Espanhol para proteger suas fronteiras e garantir sua exclusividade e lucro na exploração dos metais preciosos, apenas encontrados nos domínios de Portugal no final do século XVII.

Para fazer frente aos interesses externos e se proteger, principalmente pela expansão do comércio no século XVIII, foi preciso empreender algumas ações, uma delas a criação em 1724, do forte San José, no mesmo século; A outra ação aconteceu em período posterior, em meio as reformas borbônicas, e como parte das mudanças implementadas por estas: uma nova divisão administrativa, o Vice-Reinado do Rio da Prata, tendo como intuito também combater a prática do contrabando realizada entre o Império Britânico e funcionários da coroa que foram alijados de seus postos. Esta trama se torna mais complexa porque, ao visar eliminar os interesses ingleses através das medidas adotadas, acirraram a rivalidade entre os impérios tendo reflexos no futuro, repercutindo na interferência política empreendida sobre as coroas Ibéricas.

Nesse sentido, Calógeras considera como frágeis os acordos diplomáticos que impunham os limites territoriais, porque permitiam que fossem aproveitadas as falhas legais para revisar os tratados estabelecidos. Isso acontecia de acordo com as necessidades político-econômicas dos impérios da península ibérica.

Porém, em relação as possessões americanas, alvo das constantes disputas territoriais que levavam a confrontos bélicos, discussões e acordos, estas eram em parte uma transposição da rivalidade histórica desenvolvida na península para as colônias, ou seja, uma continuidade. Por outro lado, pesava o interesse puramente econômico (19).

Os eventos que sucederam em solo europeu, como a ascensão de Napoleão, influenciaram as questões das coloniais, principalmente pela incursão militar francesa que culminou primeiramente com a invasão e ocupação do território espanhol. Na sequência, o alvo se tornou Portugal. Com isto, o desdobramento que se desencadeou foi o fortalecimento da posição da coroa britânica no campo político, econômico e diplomático, portanto, obtendo vantagens em seus pleitos perante os países Ibéricos.

Por outro lado, Portugal ante a custódia inglesa transferiu sua corte para seus domínios coloniais. A presença da família real também significou a retomada do ambicioso projeto de ampliar suas posses territoriais na América do Sul, já que o momento se demonstrava oportuno devido ao vácuo político deixado pela deposição do rei Fernando VII. O lapso temporal em que houve um intenso desfaldar de ações teve seu início em 1808, e culminaria em 1881 com a invasão da Banda Oriental do rio Uruguai pelo exército luso.

O desvelar desta nova configuração nas relações políticas, ainda que intimamente conectadas com os seus determinantes europeus, também se conformava com tons regionais. O cenário colonial foi o palco onde Portugal e Inglaterra atuaram visando conquistar seus interesses, sendo justamente o foco deste trabalho abordar essa sucessão de atos e movimentos por cada ator envolvido neste teatro operacional da política.

2. FAMÍLIA REAL NO BRASIL: O INÍCIO DE UMA NOVA ERA

Após a chegada da família real portuguesa ao Brasil, os privilégios que foram sendo concedidos por dom João aos ingleses que viviam na colônia bragantina eram estratégicos para mantê-los como eminentes protetores, pois a Grã-Bretanha era o único país da Europa que tinha condições de manter e proteger a Marinha mercante portuguesa, principalmente pelo estado de coisas em que se encontrava o continente europeu, praticamente todo sob a bandeira do Estado francês. Segundo Oliveira Lima, “uma nação fraca e dependente como Portugal, negociando com a poderosa Inglaterra, sua protetora pela força das circunstâncias, não lograria escapar ao jugo pelo subterfúgio da suspeição indefinida da cláusula posta em debate” (Lima 258).

Os ingleses, por sua vez, ficaram desgostosos pelo fato de que iriam participar da abertura dos portos em condição de igualdade com os outros países. Eles acreditavam não ser “justo” partilhar de tarifas iguais para a entrada de seus produtos nos portos coloniais brasileiros em razão, principalmente, da dívida de “gratidão” que o monarca português tinha com a Grã-Bretanha, já que fora escoltado pela força armada inglesa em sua vinda para o Brasil e, além disso, assinara tratados de auxílio perpétuo com aquele país. Alan Manchester, em seu livro *Preeminência Inglesa no Brasil*, no qual aborda as relações entre Inglaterra e Portugal desde os primeiros tratados entre as duas nações, comenta, baseado no relatório do Foreign Office¹ de 03 de março de 1808, que dom João, após chegar ao Rio de Janeiro, perguntou ao Sr. Hill se a Inglaterra estava satisfeita com a abertura dos portos proporcionada pelo decreto de 28 de janeiro de 1808, recebendo a resposta de que

só poderia causar um bom efeito na Inglaterra, mas, se tivesse autorizado a entrada de navios britânicos e de manufaturas inglesas em termos mais vantajosos do que os concedidos aos navios e mercadorias das outras nações estrangeiras, causaria maior satisfação. (Manchester 74-75)

Destarte, vemos o quanto a “cobrança do apoio inglês à mudança da corte para o Brasil foi virulenta e se apresentou na forma de tratados: Aliança e Amizade; Comércio e Navegação, concluídos em 1810 entre os governos português e inglês” (Faria 107).

Somente em 1816, as tarifas alfandegárias de portugueses e ingleses se equipararam, mas, mesmo assim, ambos possuíam privilégios por terem valores menores a pagar na comercialização de produtos. A eles se soma também a França, mesmo que tardiamente. Com isso, os ingleses se estabeleceram nos principais portos do Brasil para atuarem como compradores e vendedores de produtos tanto para o mercado interno brasileiro como para as exportações.

É importante ressaltar que, mesmo tendo obtido diversos privilégios com os tratados de 1810, os ingleses seguiram fazendo uma série de reivindicações, tanto relacionadas às questões econômicas como às culturais. Assim é que “pela primeira vez na história do Brasil foi possível criar legalmente templos não

1 O *Foreign Office*, ou “Gabinete Estrangeiro”, era a ligação direta dos ministros e embaixadores ingleses nos países ao redor do mundo. Portanto, os relatórios enviados e recebidos pelas legações estrangeiras inglesas constituem o arquivo “FO”, da base de dados da *The National Archives*, em Kew, Inglaterra.

católicos em território colonial dominado pelos portugueses. É bom lembrar que os ingleses eram protestantes e exigiram que houvesse liberdade para exercerem seu culto” (Faria 108). Tais tratados de 1810 foram abordados exclusivamente no capítulo IX da obra de Oliveira Lima, de onde se extrai o seguinte trecho para se entender melhor as consequências desses acordos:

Assim se foi acentuando, exceção feita do lampejo pombalino, a decadência econômica do Reino, simultânea com a sua decadência política e mesmo intelectual, e se convertendo a Inglaterra na caixa e depois praticamente na suserana de Portugal. Nunca todavia ficou tão marcada esta relação de dependência como no tratado de 1810, negociado no Rio de Janeiro e do qual escreveu Palmela ter sido ‘na forma e na substância o mais lesivo e o mais desigual que jamais se contraiu entre duas nações independentes’, a começar pelos motivos que imediatamente o determinaram e a findar nas conseqüências que nele se originaram. (Lima 249)

A influência inglesa foi sentida em diversos setores da sociedade luso-brasileira do século XIX, principalmente no comércio, mas também no modo de vestir, na culinária e na arquitetura, com a utilização de novos materiais para construção inseridos mais fortemente a partir de então. Traço interessante é que, numa proporção considerável, os ingleses gostavam de construir suas casas distantes do perímetro urbano, utilizando-se abundantemente do vidro e do ferro. As roupas coloridas, muito utilizadas no período colonial, em geral, pelos habitantes brasileiros, foram substituídas por trajes sóbrios, chapéu redondo ou cartola, além das imitações, como o uso das suíças,² gestos e modos de falar.

A instabilidade e a forma como os reinos europeus estavam sendo subjugados pelas hordas de Napoleão levavam à crença de que a situação não se estabilizaria tão cedo na Europa. O medo de que fossem enviadas tropas a mando do general francês para invadir a América também existia, pois os povos eram bastante dispersos, o que facilitava a dominação.

Além do governo português, o governo britânico agia em sua política externa visando, de maneira mais velada, à oportunidade de expandir seus negócios em território americano. Para isso incentivou, a princípio, as ações

2 Suíças: é a barba que se deixa crescer nos lados da face, comuns na Inglaterra e nos Estados Unidos, principalmente nos séculos XVIII e XIX, e que veio a ser moda no Brasil a partir da grande massa de ingleses que vinha negociar suas mercadorias em terras coloniais nos princípios do século XIX.

portuguesas, tendo em vista que tanto o comércio luso-brasileiro quanto o hispano-americano poderiam ser duplamente “beneficiados” com o maior aporte de produtos ingleses, além de auxiliar militarmente a proteção das colônias espanholas na América Meridional se, porventura, houvesse uma invasão francesa na região.

Como registra Klaus Gallo, ao analisar o crescente interesse inglês na América espanhola a partir de 1780, podemos observar o quanto estava calcado em fundamentos econômicos e comerciais, pois

tanto el acuerdo franco-español de 1768 como el franco-portugués de 1783 habían puesto a los franceses en el mismo status legal en la Península que Gran Bretaña. Esto alimentaba temores ingleses sobre la actividad francesa [que] amenazaba inclinar la balanza comercial en una nueva dirección. (Gallo 21)

Exemplo da intrincada política externa britânica foi a relação mantida com os governos português e platino por Lord Strangford, como ministro plenipotenciário na corte do Rio de Janeiro, e por William Sidney Smith,³ almirante da esquadra inglesa na corte portuguesa e principal apoiador da causa “carlotista” na América. Ambos, ao mesmo tempo, seguiam orientações da Grã-Bretanha que agia, ao que tudo indica, duplamente para garantir de qualquer forma a participação nos benefícios comerciais que poderiam alcançar com o sucesso de suas ações. O prefaciador e tradutor da obra de José Presas, Magalhães Junior, afirmava que Lord Strangford fora, “sem dúvida, o mais brilhante diplomata do

3 Em seu texto *Sidney Smith – Um marinheiro herói*, Kenneth H. Light traça toda a trajetória da vida desse marinheiro inglês que se tornou, entre 1808 e 1810, um dos pivôs da tentativa de proclamar dona Carlota Joaquina como rainha da América Espanhola. Segundo o mesmo autor, Sidney Smith nasceu em Londres, em 1764, filho de Cornelius Smith, tido como “libertino” para os moldes da época, e da filha de um rico comerciante londrino. Com a união de seus pais, o avô deserdou a filha, mas, através dos apelos de uma tia materna, seus estudos foram custeados por ele. Aos 13 anos iniciou sua carreira naval, passando a tenente em 1780. Durante vários anos serviu à Marinha Inglesa, conquistando inúmeras vitórias em batalhas, principalmente travadas no mar Mediterrâneo contra esquadras francesas sob o comando de Napoleão. Em 1807, já como almirante, passou a ser responsável pela segurança da costa portuguesa. Com a vinda da família real para o Brasil, Smith ganhou terras e permaneceu no país, até sua saída forçada por Lord Strangford, sempre conspirando a favor da causa “carlotista”. Em 1838, foi condecorado pela rainha Victoria com a Ordem da Grã Cruz do Banho. Acabou falecendo em decorrência de um derrame em 1840, aos 76 anos. Para uma verificação mais detalhada sobre a vida e as batalhas comandadas por Sidney Smith, consultar: Light, Kenneth H. “Sidney Smith - Um marinheiro herói”. IHP. 11 ago 2003. Web. 27 abr 2005 http://ihp.org.br/26072015/lib_ihp/docs/khll20030811.htm.

período regencial.” Era natural de Londres, onde nasceu em 1778 (Presas 49). Em 1806, Percy Clinton Smythe (seu nome de batismo) fora enviado para Lisboa como secretário de embaixada, a fim de garantir as ligações entre Portugal e Inglaterra, servindo ao mesmo tempo que o general Junot, por parte da França (Manchester 63). Ao contrário do que afirma Magalhães Junior, Strangford não veio ao Brasil junto com a família real, pois antes voltou à Inglaterra para receber mais instruções, chegando ao Rio de Janeiro somente em 22 de julho de 1808 (Manchester 110).

Naquele momento, ainda estavam vivos na memória do governo britânico os insucessos ocorridos durante os últimos dois anos em relação ao Rio da Prata. Por isso, os planos que seriam postos em prática na América Meridional deveriam ter objetivos bem traçados, a fim de não incorrer nos mesmos erros do Ministério de Todos os Talentos,⁴ que não possuía uma visão homogênea sobre as ações implementadas. Dessa vez, portanto, as orientações britânicas dirigiam-se mais a insuflar a independência das colônias espanholas na América, especialmente no Rio da Prata, do que a ameaçá-las com uma intervenção direta. E a relação com a corte portuguesa instalada no Rio de Janeiro seria fundamental para essa empresa.

Por isso, uma das primeiras medidas de Lord Strangford foi acercar-se do ministro Sousa Coutinho, pois sabia de seu declarado anglofilismo, além da importância que tinha no governo do príncipe regente dom João. De fato, essa proximidade surtiria efeitos na medida em que, por simples sugestão ou até mesmo pela pressão declarada, de modo geral, o conde de Linhares respeitaria a opinião do representante inglês.

Entre março e abril de 1808, quando ainda não se tinham notícias dos fatos ocorridos na península, Strangford não interveio nas medidas adotadas pelo conde de Linhares com relação ao Vice-Reinado do Rio da Prata. Entretanto, com a tomada do poder espanhol por Napoleão, em maio, e a declaração da

4 O governo conhecido como “dos Talentos”, teve lugar na Grã-Bretanha em fevereiro de 1806, após a morte do primeiro-ministro William Pitt (O jovem) e do fracasso da terceira expedição contra Napoleão em Austerlitz. Ficou conhecido por este nome por ter sido formado pelos mais expoentes políticos britânicos do período, tais como: Lord Greenville (primeiro-ministro), Charles James Fox (ministro do Exterior), William Windham (secretário da Guerra), além de Henry Addington, Tom Greenville e Lord Holland. Com a morte de Fox, Lord Howick assumiu o ministério do Exterior em setembro de 1806. Assim, formavam um governo de coalizão, mas com maioria whig (liberal), que tinha como principal tarefa barrar o expansionismo francês. Este governo teve fim em março de 1807, quando o rei Jorge III decide formar um governo que fosse mais maleável, com maioria tory (conservador). Ver mais detalhes da formação e das campanhas durante o governo do Ministério de todos os Talentos no capítulo III de Gallo 73-102.

aliança defensiva entre a Inglaterra e a Espanha, a política do Gabinete Britânico para a América Meridional e, consequentemente, a diplomacia do Gabinete Português em relação ao Rio da Prata tiveram de dar uma guinada para evitar o descumprimento de seus respectivos acordos com a Grã-Bretanha.

Contudo, em 9 de setembro de 1808, o almirante Smith informava ao ministro Sousa Coutinho sobre a chegada e recepção, por parte do vice-rei Liniers, do enviado francês Sassenay em Buenos Aires (Gallo 152-153). Prontamente, o ministro informaria ao príncipe regente tais acontecimentos, o que fomentaria ainda mais a ânsia portuguesa em fazer-se presente nos domínios espanhóis do sul, na tentativa de evitar uma possível invasão francesa às colônias, bem como a péssima influência que os franceses poderiam exercer sobre os hispano-plateanos.

As notícias da Metrópole surtiriam um efeito devastador nos governos hispano-americanos, pois denunciavam a anarquia em que se encontrava Espanha. Aumentou, então, o medo de uma conquista estrangeira, que seria fulminante ao imenso império ultramarino espanhol. Dava-se, com isso, uma base sólida ao governo português para que se pusesse em prática o plano de proteção e ocupação do Vice-Reinado do Rio da Prata. Por fim, em decisão firmada pelo vice-rei Santiago de Liniers, em 15 de agosto de 1808, foi proclamada fidelidade ao rei Fernando VII de Espanha. Em correspondência desse dia que, pelo teor, foi endereçada aos habitantes de Buenos Aires em geral, Liniers expunha brevemente o que ocorrera na Espanha e explicava-se, porque

no hallandome con ordenes suficientemente autorizadas que contradigase las Reales Cédulas del Supremo Consejo de Indias para la proclamacion y jura del S.º D.n Fernando 7º anunciada ya por el [?] de 31 de Julio he resuelto que se proceda a sua execucion con la pompa e solemnidad que está preparada. (AHI. Lata 172, maço 1, pasta 4)

Dessa forma, após a chegada das proclamações de Carlota Joaquina e dom Pedro Carlos (que serão analisadas mais adiante), o governo do vice-reinado enviou prontamente ao Rio de Janeiro tais juramentos, reafirmando que não se submeteriam a nenhum governo estrangeiro. Um outro fator, que também só seria conhecido na América por volta do final de agosto de 1808, era que a Inglaterra, antes declarada inimiga da Espanha em função dos acordos franco-espanhóis, desde junho de 1808 havia entrado em acordo com esta, razão por que passara a enviar tropas para a península ibérica a fim de auxiliar os exércitos espanhóis na expulsão dos franceses. Assim, alteravam-se sensivelmente os interesses ingleses em relação à América Espanhola e, consequentemente, isso

influía diretamente nos planos propostos pelos portugueses ao vice-rei Liniers e aos demais representantes da política metropolitana espanhola na América. Por notícias vindas das principais gazetas da Europa, publicadas entre maio e junho de 1808, extrai-se o seguinte excerto, que confirmava a intenção da Inglaterra em cooperar para expulsar as tropas de Napoleão da Espanha:

Mr. Canning, es Secretario de Negocios Extranjeros, respondió [...] Declaro a esta Camera y al Pueblo Ingles, que los Ministrso de S.M. se interesan vivamente en la noble contienda que ha empezado una parte de la Nacion Española, para resistir la enorme atrocidad de la Francia, y para conservar la independencia de su Patria [...] desde ahora no podemos considerar que exista la Guerra entre la España, y la Gran Bretaña. [...] no caben otros intereses para los Ingleses que el Triunfo mismo de los Españoles, esta es la conquista ventajosa, este es el gran interes de la Gran Bretaña, pues que con el se asegura la integridad de los Dominios de España en todas las partes del Mundo, y reprime el insultante orgullo y ambiciosas miras de Francia, y de Napoleon. (AGN, *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I 134)

Datada de 4 de julho de 1808, também podemos observar a resolução do rei Jorge, da Inglaterra, pela qual este ordenava que:

I. Que todas las Hostilidades contra la España de parte de Su Magestad cesen inmediatamente. II. Que el Bloqueo de los Puertos de España, exceptuando aquellos que esten todavia en poder de los Franceses, se levante inmediatamente. III. Que todos los Navios y Buques pertenecientes á la España tendrán admision libre en los Puertos de los Dominios de Su Magestad [...] IV. Que todos los Navios y Buques pertenecientes á la España que se encuentren en la Mar por los Navios y Corsarios de Su Magestad, se traten de la misma manera que se practica con los Navios de los Estados que estan en amistad con Su Magestad [...] V. Que todos los Buques y Generos pertenecientes á Personas residentes en las Colonias Españolas que fuesen detenidos [...] despues de la fecha de esta, se lleven a puerto y se conserven con todo cuidado baxo Custodia segura para esperar la futura resolucion de Su Magestad [...]. (AGN, *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I 138)

No Rio de Janeiro, dom João e dom Rodrigo de Sousa Coutinho perceberam que a ameaça de invasão “conjunta” com a Inglaterra, proposta ao Cabildo de Buenos Aires em março de 1808, não seria benéfica às intenções da Coroa portuguesa na região do Rio da Prata, especialmente na Banda Oriental. Da mesma forma, avaliaram que a Inglaterra, tendo mudado sua perspectiva em relação à Espanha, não apoiaria mais qualquer ação bélica na região. Deu-se início, portanto, em meados de agosto de 1808, ao projeto indicado pelos representantes do governo britânico no Rio de Janeiro, especialmente Sidney Smith. Esse projeto tentaria levar à constituição de um Império hispano-americano dirigido pelos únicos herdeiros diretos da família Bourbon de Espanha que estavam livres e, além disso, encontravam-se na América: dona Carlota Joaquina e dom Pedro Carlos.

Dom Pedro Carlos, preferido do príncipe regente e do ministro Sousa Coutinho por diversos motivos – talvez dentre os quais se destacasse a passividade, como propõem alguns autores –, não tinha o apoio do almirante inglês Sidney Smith e, conseqüentemente, da força que poderia ser necessária para entroná-lo em Buenos Aires. Por sua vez, Smith preferia e defendia encarniçadamente, mesmo indo de encontro às ordens provenientes da Grã-Bretanha (defendidas por Lord Strangford), os interesses da princesa Carlota Joaquina, para que esta se tornasse a monarca representante da Coroa espanhola na América, garantindo a manutenção do sistema absolutista nos domínios espanhóis.

As juntas de governo que se constituíram na Espanha, em razão do vazio no poder espanhol criado pelas abdições dos reis, em 1808, sequer conseguiam, num primeiro momento, entrar em acordo sobre a formação de um único corpus responsável pela coordenação das investidas contra Napoleão, na tentativa de expulsar os franceses da península, resgatar a família real e restabelecer o rei no poder. E esses pontos pesavam muito sobre as decisões que deveriam ser tomadas pelas colônias.

As comunicações enviadas e recebidas pelos governantes dos vice-reinados às juntas, por sua vez, não deixavam de tocar nos assuntos da situação de Espanha, da tentativa de dom João estender seus domínios até o Rio da Prata e da participação da Inglaterra nos sucessos de ambas, tanto na península quanto na América.

3. O PROJETO CARLOTISTA: SEUS DESENLANCES, ENTRE INTIRGAS E INTERESESS DIVERSOS

No extremo oposto, totalmente relutante às políticas de dom João em relação às colônias espanholas da América Meridional, despontava no complexo

cenário ibero-americano a princesa Carlota Joaquina. Ela começava a trilhar uma caminhada bastante tortuosa, pois, angariando um crescente partido em Buenos Aires, que tentava cercar-se de garantias para reconhecê-la; um apoio dúbio, mas importante do almirante Smith; funcionários bem dispostos a informá-la de tudo que ocorria no Prata e no governo do marido, teria fundamental importância, respectivamente, no seio dos planos portugueses, das investidas inglesas e das predisposições dos súditos espanhóis e *criollos* durante o período que se estende de agosto de 1808 até 1816.

Com a monarquia dos Bourbon já suprimida pelo governo de José Napoleão, dona Carlota Joaquina iniciou suas investidas contra os reinos espanhóis, até então com o beneplácito do governo português, que via a possibilidade de dominar o Prata por intermédio de representantes legítimos, dona Carlota e dom Pedro Carlos, tendo o segundo primazia nos planos lusitanos. Por isso, foram enviados três manifestos principais: o primeiro, em nome de dona Carlota e dom Pedro Carlos, dirigido a dom João, pedindo seu apoio; o segundo, um manifesto dirigido a “Los Fieles Vassallos de Su Magestad Católica El Rey de las Españas e Índias”, no qual dona Carlota declarava nula a renúncia de Carlos IV e aludia aos seus direitos ao trono da Espanha; e, por fim, o manifesto assinado por dom Pedro Carlos referendando o que havia sido dito pela prima no manifesto aos fiéis vassallos.

No primeiro manifesto, após tecerem comentários sobre a usurpação do trono espanhol e a persuasão sofrida pelos membros da família Bourbon, para que abdicassem ou renunciassem à Coroa espanhola, dona Carlota e dom Pedro Carlos certificavam a dom João:

Llenos de horror con tales atentados, Juzgamos propio de Nuestro deber el implorar el auxilio de Vuestra Alteza Real como Nuestro Arrimo y Protector Natural inmediato, pidiendole socorro contra la propagacion de este Sistema usurpador, que absorbe los Estados de Europa unos después de otros, empeñando á Vuestra Alteza Real a favor de Nuestra Causa, para que con su poder y respetos Nos ponga en estado (como los mas inmediatos Deudos del Rey de las Españas) de poder conservar Sus Derechos y con ellos asegurar los Nuestros, combinando las Fuerzas Portuguesas, Españolas, é Inglesas para impedir á los Franceses que con sus exércitos practiquen en América las mismas violencias y subversiones que ya cometiéron sobre quasi toda la extensión de la Europa. (AGN, *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I 107)

Dessa maneira, dona Carlota iniciava suas tratativas para ter o controle sobre o Império espanhol na América, mas, principalmente, sobre o Rio da Prata, para onde pretendia mudar-se caso tudo corresse como desejava. Assim, no mesmo manifesto, ambos os príncipes espanhóis seguiam insistindo:

Para ver relizadas Nuestras justas y sanas intenciones deseamos tener oportunidad segura para comunicarlas á los Gefes, Tribunales y demas Personas, en quienes se halla legítimamente depositada la autoridad de Nuestro Señor y Rey la que en ningun modo pretendemos alterar ni disminuir, y si solo conservar y defender para librarla del poder de los Franceses, á cuyo fin esperamos que Vuestra Alteza Real se interese tambien con el Almirante de Nuestro fuerte y poderoso Aliado el Rey de la Gran Bretaña, para que ordene y disponga sus fuerzas de un modo que sin faltar á la defensa de Vuestra Alteza Real y Costas del Brasil sean utiles á las Riberas y Costas del Rio de la Plata y demas Dominios de la America Española, y de ningun modo perjudiciales á su Navegación y Comercio que tienen aquellos Habitantes en este y demas puertos de este Principado, cuya Proteccion no dudamos que Nos será inmediatamente dispensada por la Generosidad y Noble Carácter del Rey de la Gran Bretaña y de su poderosa Nacion. (AGN, *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I 109-110)

Com base no excerto acima, podemos notar o quanto a idéia da “missão” dos Bourbon que se encontravam na América seria importante para salvaguardar os domínios tanto de Espanha quanto de Portugal, utilizando-se, como fica patente no manifesto, da força inglesa que também tinha grande interesse naquela porção americana. O interesse inglês era evidente, pois o texto referia-se a sir William Sidney Smith, almirante da esquadra inglesa que acompanhara a família real portuguesa ao Brasil e que se encontrava, desde o início de 1808, em águas luso-brasileiras, a fim de auxiliar no que fosse preciso para garantir a segurança da Coroa portuguesa. Por conseguinte, acabou participando da tentativa de colocar dona Carlota Joaquina no trono do Vice-Reinado do Rio da Prata. Fora pelas mãos, ou melhor, pelo incentivo dado por Sidney Smith que tais manifestos foram levados a cabo. Conforme carta do próprio Smith ao príncipe regente dom João, delineavam-se as medidas pelas quais deveriam ser embasadas as ações dos candidatos ao trono espanhol e do próprio governo lusitano, representado na figura do príncipe. Essas medidas estavam divididas em cinco ações principais:

Nº1 – Envoyer les impressions de la lettre d’appel et la response du Prince annexé avec las protestations, aux autorités dans les Colonies Espagnols par parlementaires Portugaise ad hoc [...] circulant des copies des imprimés par tous les voies imaginables. 2º - Le Prince Regent de Portugal [...] peut nommer un ambassadeur extraordinaire aupres de ce souverain ou ses representants en amerique pour traiter de la paix des limites et de l’alliance defensiva contre l’ennemi commun. 3º - Faire passer l’Infant par le Cap Horn [...] et meme reduire Lima en cas de hesitacion de leur part d’admettre son Altesse Royale [...] Cet mesure mettant l’Infant a même de donner la loi a Buenos Aires de Lima. 4º - Demander de l’Angleterre des troupes pour etre envoyées des Indes Orientales (-en-) soutien de cette operation. 5º Envoyer une Ambassade Extraordinaire directement en Sicile, annoncer les mesure pris pour maintenir les droits du Roi Charles IV.⁵ (AGN, *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I 96-97)

Desde sua chegada ao Brasil, Sidney Smith trabalhara em prol da Grã-Bretanha, tentando manter sempre uma ligação direta com a Coroa portuguesa e, ao mesmo tempo, com as autoridades do Vice-Reinado do Rio da Prata. Para isso, incentivara abertamente as aspirações de dona Carlota Joaquina, como meio de alcançar resultados em relação ao governo da região do Rio da Prata. Entretanto, a documentação disponível não esclarece exatamente qual é a inclinação de Smith: se estava orientado para influenciar a total independência da América espanhola, fosse com ou sem um novo sistema de governo; se para a anexação do Prata aos domínios portugueses; ou, ainda, para a simples dominação e ascensão de Carlota Joaquina ao trono espanhol na América.⁶

5 Tradução: Nº1 – Enviar os impressos do manifesto e a resposta do Príncipe anexa com as comunicações às autoridades das Colônias Espanholas pelos parlamentares Portugueses ad hoc [...] fazendo circular as cópias dos impressos por todas as vias imagináveis. 2º - O príncipe regente de Portugal [...] pode nomear um embaixador extraordinário junto a esse soberano ou de seus representantes na América, para tratar sobre a paz, os limites e a aliança defensiva contra o inimigo comum. 3º - Fazer passar o Infante pelo Cabo Horn [...] impondo-se até reduzir Lima, em caso de não querer esta cidade admitir Sua Alteza Real [...] Esta medida faz com que o Infante esteja em condições de reger Buenos Aires desde Lima. 4º - Solicitar à Inglaterra tropas para serem enviadas desde as Índias Orientais a fim de apoiar esta operação. 5º Enviar um Embaixador Extraordinário diretamente à Sicília, para anunciar as medidas adotadas para manter os direitos do Rei Carlos IV.

6 Alguns documentos posteriores vieram elucidar que Smith estava trabalhando única e exclusivamente para o benefício inglês em relação ao comércio com a América, acreditando, a

O almirante Smith fora, inicialmente, o representante máximo da causa “carlotista” na América, em detrimento de dom Rodrigo de Sousa Coutinho, que após uma inicial aceitação de tal plano –e talvez tenha sido ele mesmo o mentor da idéia inicial de “utilizar” a princesa como peça-chave para a escalada do poder português sobre os vice-reinados hispano-americanos–, passou a defender e a vislumbrar a unificação das Coroas ibéricas na América como melhor saída para concretizar a tão sonhada união entre Portugal e Espanha, mas excluindo dona Carlota da esfera política – ainda mais que não era possível contar, sequer, com a presença do Rei espanhol para reclamar suas posses.

Ressaltamos que a causa “carlotista”, nesse momento, serviria aos planos ingleses, tendo em vista que, ao mesmo tempo em que Carlota precisaria de apoio suficiente para controlar todo o vasto império hispano-americano, o livre-cambismo inglês poderia usufruir da quebra do exclusivismo colonial e expandir seus mercados. E na região do Prata, que a Grã-Bretanha tentara conquistar por meios bélicos pouco tempo antes, o número de comerciantes, também livre-cambistas, interessados em comercializar com aquele país era expressiva. Esses fatores, combinados à submissão de Portugal à Coroa britânica, formavam o cenário ideal para a atuação dos agentes de St. James em terras americanas.

Como já aludido, as notícias vindas da Europa por volta do fim de agosto de 1808 mudariam completamente a linha da política inglesa para a América espanhola, já que a Grã-Bretanha estava, desde maio, aliada à Espanha contra a França. Lord Strangford, plenipotenciário inglês no Rio de Janeiro, agiria a partir daí para demover as intenções do príncipe regente em relação ao Vice-Reinado do Rio da Prata e, conseqüentemente, impedir a regência de Carlota Joaquina. Desejava, portanto, “asegurar la posición comercial inglesa en el Río de la Plata, pero no al costo del plan de Carlota, que impiclaba, por supuesto, la separación de todo el Plata de España.” (Gallo 130).

Por outro lado, Smith foi envolvendo a princesa no *imbróglío* platino. Foi por sua indicação que José Presas foi inserido na corte do Rio de Janeiro para ser o tradutor oficial dos documentos que porventura fossem enviados aos vice-reis do Prata. Além disso, serviria a dona Carlota Joaquina como secretário e, por inúmeras vezes, era o próprio redator de suas cartas enviadas ao Rio da

priori, que dom Pedro Carlos pudesse exercer a pressão necessária para aceitação da regência, mas sendo inclinado, posteriormente, a aceitar Carlota como uma saída para a concretização desses planos, já que percebeu na princesa maior destreza e astúcia para os assuntos políticos. Ver mais em Azevedo, *Carlota Joaquina na corte do Brasil* 93.

Prata.⁷ Essa indicação denota, portanto, que Presas, além do contato direto com a princesa, manteria o almirante Smith sempre informado dos passos dela.

Aos manifestos de dona Carlota e dom Pedro Carlos seguiu-se a aceitação do príncipe regente de se continuarem as comunicações com o Rio da Prata. Ele asseverava o seguinte:

VV. AA. RR. Me hacen Justicia, quando Me juzgan dispuesto a sostener sus Derechos, y los de aquellos Españoles que son fieles a la Corona y á la Patria En el Manifiesto que Publiqué después de Mi Llegada á este Continente, en que Pude exponer Mis justos resentimientos por la conducta de España, permitiendo su Gobierno el transito de las tropas Francesas, y Quíse mas bien hacer justicia á los pesarosos sentimientos que necesariamente tendrian los fiéles Españoles, viendose obligados á executar un acto tan contrario á los intereses de sus Príncipes, y á su propia seguridad.

Yo tenia la mayor confianza de que llegaría el tiempo de esta union para obrar contra un enemigo comun, y Espero que de concierto con Mis aliados, entre los cuales debe entrar la Sicilia, y como tal necesariamente debe considerarse, podremos poner una barrera á la extencion de las Conquistas que contra Nosotros pueda intentar la Francia. Yo por lo menos Haré quanto estuviera de Mi parte para efectuar esta saludable combinación y alianza que VV. AA. RR. Me acaba de proponer, y Deseo que los Españoles Americanos sabiendo que estamos de acuerdo sobre la gran necesidad que hay de protegerlos, unan sus recursos a Nuestras Fuerzas para dar un pleno y entero efecto á las intenciones que Tengo de procurar la Paz y Prosperidad de que son capaces y susceptibles por su propia Posición. (AGN, *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I 111)

No primeiro parágrafo dessa carta, dom João reitera seu desgosto em ter visto o quanto a Espanha fora desleal ao governo português, deixando que as

7 O próprio Presas, em sua obra, afirma que era necessário, além do envio do material mandado pelas Juntas de Sevilha, que denotavam o estado caótico que se tinha na Espanha, se fizesse proclamar a pessoa mais próxima pela ordem de sucessão ao trono espanhol. Para isso, fora chamado a participar de um Conselho de Estado, presidido pelo próprio príncipe dom João, em que se ratificou tal necessidade e fez-se redigir em espanhol o primeiro dos três manifestos que reclamavam os direitos eventuais de dona Carlota Joaquina à Coroa da Espanha (Presas 35-36).

tropas francesas utilizassem seu território para dominar Portugal. Entretanto, a forma como o príncipe se manifesta no decorrer da carta denota que desejava ser visto com “bons olhos” pelos espanhóis e *criollos* da América, pois, apesar desses infaustos acontecimentos, faria o possível para auxiliar na luta contra o inimigo francês.

O segundo manifesto foi remetido no mesmo dia 19 de agosto de 1808, tendo como escopo levantar os vassallos, especialmente a nobreza, para que tomassem atitudes em prol da manutenção da monarquia dos Bourbon. Em primeiro lugar, dona Carlota expunha, demonstrando indignação, as situações que haviam levado toda a família real espanhola ao confinamento em Bayona:

Suscitada poco despues una sublevación ó tumulto popular en la Corte de Madrid contra mi Augusto Padre, y Señor el Rey Don Carlos IV, para obligarle á abdicar ó renunciar el Trono á favor de mi Hermano el Principe de Asturias, quiso luego intervenir en estas agitaciones domesticas, para lograr el fin abominable de convidarlos a pasar al territorio de su Imperio, pretextando la mayor seguridad de sus Personas, siendo su unico objeto tenerlas en aptitud de poder con ellas realizar el inicuo plan de sus proyectos. Lleva y arrastra á Mi Augusto Padre con todos los demas Individuos de Mi Real Familia á Bayona de Francia, y allí los violenta, y obliga á firmar un acto de abdicación ó renuncia, por si mismo nulo, baxo los especiosos e fantasticos motivos de conservar la integridad de la España que solo él quiere violar, y de conservar la Religión Católica que él solo ultraja y detesta... (AGN, *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I 113)

A princesa do Brasil continuava sua explanação até chegar ao ponto crucial, a finalidade de sua correspondência, como podemos ver:

Estando en esta suerte Mis muy amado Padres, hermanos, y demas Individuos de Mi Real Familia de España privados de su natural libertad sin poder ejercer su autoridad, ni menos atender á la defensa y conservación de sus Derechos á la direccion y gobierno de sus fieles, y amados Vasallos: y Considerando por otra parte la perniciosa influencia que puede tener semejante acto en los malos, y dispuestos á propagar el cisma, y anarquia [...] tan perjudiciales á la sociedad y á los Miembros que la componen: Por tanto, Considerandome suficientemente Autorizada y Obligada á ejercer las vezes de Mi

Augusto Padre y Real Familia de España existentes en Europa como la mas proxima Representante suya en este Continente de America para con sus fieles y amados Vasallos: Me ha parecido conveniente, y oportuno Dirigirlos este Mi Manifiesto por el qual Declaro por nula la abdicación ó renuncia que Mi Señor Padre el Rei Don Carlos IV, y demas Individuos de Mi Real Familia de España tienen hecha á favor del Emperador, ó Gefe de los Franceses á cuya declaracion deven adherir todos los fieles y leales Vasallos de Mi Augusto Padre en quanto no se hallen livres é independientes los Representantes de Mi Real Familia que tiene mejor derecho que Yo de ejercerlos, pues que no Me Considero mas que una Depositaria y Defensora de estos Derechos que Quiero conservar illesos é inmunes de la perversidad de los Franceses para restituirlos al legal Representante de la misma Augusta Familia, que exista, ó pueda existir independiente en la epoca de la Paz General... (AGN, *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I 114)

No trecho transcrito, percebemos claramente o que dona Carlota desejava com tal correspondência: ser reconhecida como herdeira do trono real espanhol na América. Para isso, utilizava sua habilidade política para tentar convencer os governadores a quem dirigia a carta, mostrando sagacidade ao execrar Napoleão, tratando-o como um mero “chefe” dos franceses, bem como na exaltação que faz na alusão à sua família espanhola, demonstrando preocupação em apenas preservar os direitos da Coroa. De fato, nessa fase dos acontecimentos era imprescindível que as palavras fossem muito bem escolhidas, para não transmitirem idéias dúbias que pusessem em risco a finalidade dos pronunciamentos.

Em seus ofícios endereçados às diversas autoridades coloniais da América espanhola, Carlota Joaquina demonstrava claramente seu parecer, utilizando expressões que denotavam seu juízo de valor sobre a população, dizendo que o povo americano era fiel aos princípios de Fernando VII. Nesse período, compreendendo a primeira década do século XIX, as Colônias da Espanha, na América, estavam divididas politicamente nos quatro grandes Vice-reinados do México, Peru, Santa Fé e Buenos Aires, além de nas quatro presidências gerais de Quito, Chile, Chuquisaca e Caracas, tendo governadores subordinados aos vice-reis em Montevideu, Paraguai, Cuzco, Guatemala, Venezuela, Nova Granada e noutros pontos do seu território (Norton 35). Esta ideia de utilizar-se de um apelo ideológico, no qual insistia que os habitantes bradavam juras de obediência ao rei da Espanha, não era feita de forma generalizada, até porque não era comum verem-se manifestações da população em geral. O que se podia verificar eram,

sim, manifestações declaradas de um grupo que poderia ser considerado como uma certa elite comercial, partidária do Rei da Espanha e ligada às redes de privilégios estatais e, especialmente, de funcionários dependentes do governo espanhol.

De antemão, podemos inferir que os rumos tomados a partir de então, tanto no Brasil quanto no Rio da Prata, foram essenciais e definitivos para as futuras decisões que se processariam em 1809, 1810 e 1811. Um fator que pode nos auxiliar na percepção desse quadro é que durante estes três anos as alterações dos principais cargos do governo português foram mínimas, o que contribuiu para a manutenção de uma mesma linha de ação. Já no Vice-Reinado do Rio da Prata a situação era outra e as desesperadas tentativas de manter o poder sobre tais domínios fez alterarem-se bruscamente os quadros administrativos, a ponto de os governantes se acusarem mutuamente, enfraquecendo as instituições espanholas que ainda permaneciam na região. As correspondências e os relatos do período são as fontes que temos para chegar a essa conclusão, na medida em que nelas estão, explícita ou implicitamente, contidos os reais interesses da Coroa portuguesa, dos governantes platinos, ingleses e franceses e de dona Carlota Joaquina.

A princesa Carlota figurava como personagem *sui generis* no seio da disputa, pois era a esposa do príncipe regente de Portugal e, ao mesmo tempo, herdeira direta do trono espanhol, o que levantava dissabores e esperanças, num jogo de contradições e explicações bastante complexo, envolvendo seguidores nem sempre ortodoxos e perseguidores da causa espanhola amedrontados pela possibilidade de perder seus benefícios. Ao mesmo tempo, era vista ora como trunfo, ora como empecilho ao governo português, que demonstrava não se posicionar definitivamente nas contendas da América Meridional.

Com uma resposta favorável a seus planos enviada por dom Felipe Contucci ao Rio de Janeiro, tanto Carlota quanto o Gabinete português acreditavam ser preciso alinhar alianças políticas sustentáveis, para que se desse uma passagem tranquila dos príncipes ao reino sul-americano. Felipe da Silva Telles Contucci era um português que morava em Buenos Aires há muitos anos, quando da chegada da família real. Tinha avultada fortuna em decorrência do comércio ilegal realizado entre a região platina e o Rio de Janeiro. Por diversas vezes, prestou-se a realizar a troca de correspondências entre autoridades do Prata e a corte portuguesa, sendo que, na realidade, ele próprio influía sobremaneira em diversos assuntos, pois, ao mesmo tempo em que mantinha relações muito próximas com dom Rodrigo de Sousa Coutinho, filiava-se, em termos, à causa “carlotista”, assim como mantinha contatos com os sediciosos e situacionistas platinos. Francisca Azevedo afirma que

é possível supor que seu profundo envolvimento com o projeto “carlotista” esteja ligado à possibilidade de uma nova União Ibérica, quando não haveria mais restrições alfandegárias e, ao mesmo tempo, mantinha-se limitações ao comércio inglês, garantindo, assim, seus próprios privilégios. (*Carlota Joaquina na corte do Brasil* 220)

Entretanto, J. Pandiá Calógeras afirma, inicialmente, que esse personagem era proveniente da Itália e estaria no Prata com o intuito de observar todos os movimentos do governo platino, repassando para a corte do Rio de Janeiro aquilo que fosse imprescindível para o sucesso das ações lusitanas naquela região. O autor ainda comenta que Contucci é o “mais inteligente e perspicaz”. Além disso, tinha verdadeira visão política, “se pôde dizer que foi a alma inspiradora da propaganda no Prata”. Ele “em primeira linha, [era] ligado aos principaes homens publicos do Vice-reino platino, não esmorecia em seu afan de propugnar a these da pretendente.” (Calógeras 405). Da mesma forma, Oliveira Lima o chama de “ladino aventureiro”, porque não deixava, uma vez sequer, de enviar e propalar mimos aos representantes da Coroa, tais como “exemplares novos para a coleção mineralógica do príncipe regente, perdizes para a mesa de Dona Carlota, cestas de pêras para a mesa de dom Rodrigo”, pelo que exigia sempre que não lhe fosse dado prêmio algum. Citando Mitre, em nota de sua obra *D. João VI no Brasil*, Oliveira Lima registra que Contucci:

era um desses aventureiros que se costumava então empregar como agentes clandestinos e que não raro se tornavam fatores consideráveis das negociações diplomáticas e dos resultados obtidos. [...] meio espião, meio militar, um condottiere anacrônico [...] recebia instruções de Dona Carlota e carteava-se com Presas, ao mesmo tempo em que se correspondia, a cada momento, com o conde de Linhares, cujas vistas platinas [...] divergiam no propósito das de sua Ama. (Mitre 706 qtd. in Oliveira Lima 299-300)

Dentre a vasta correspondência de Felipe Contucci com o ministro Sousa Coutinho, ou com a princesa Carlota Joaquina, que pode ser encontrada no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro, uma carta em especial chama-nos a atenção: o remetente afirma, em 21 de agosto de 1808, que havia sete anos que morava na região (ele estava em Montevidéu naquele momento) e que o ministro Linhares não duvidasse das assertivas que por um agente seriam enviadas à Corte. (AHI. Lata 175, maço 2, pasta 1).

Em se tratando de Smith, como um dos agentes mais ativos nos planos desenvolvidos por aqueles representantes reais, este enviou correspondência ao príncipe regente dom João a fim de convencê-lo da situação favorável para a manutenção da desejada união entre as Coroas portuguesa e espanhola na América. Ao final da correspondência, Smith refere-se à carta de aceitação, emitida pelo príncipe regente, à proclamação de dona Carlota como herdeira do trono espanhol e afirma:

Le premier pas vers cet objet reste encore a faire c'est de rendre la signature de Madame la Princesse ostensiblement valable a cet effet par sa presence sur le sol / et parmi les sujets espagnols. Il y a quelque erreur dans l'idée que la Princesse n'est pas dispose a tout faire, ce quelle dit est ([et]) qu'elle ne peut rien faire de valable etant ici, moi j'ajoute que'elle peut promettre de faire et je me charge de cela d'autant plus volontiers que je vois en traitant les affaires directement avec V A R il y entre un degré de vivacite et quelque amertume qu'il faut eviter, si je peux faire quelque bien je suis pret si non je me retire toujours de loin comme de près le sincère ami et serviteur tres humble et devoué de Votre Altesse Royale. (AGN, *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I 173-174)⁸

Valendo-se das correspondências provenientes do Rio da Prata em favor da proclamação dos príncipes espanhóis, Smith ia tecendo, reorganizando e projetando planos para a ida ao Prata, se possível levando a princesa Carlota. Entretanto, até aquele momento ainda não tinha desvelado os reais motivos para tanto empenho. Assim, o primeiro passo (*le premier pas*), que o almirante assegurava ainda não ter sido posto em prática, referia-se à ida de Carlota para Buenos Aires, garantindo que a princesa estaria capacitada e voluntariamente proposta a fazer qualquer coisa que fosse necessário para reinar sobre aqueles domínios.

8 Tradução: “O primeiro passo para alcançar o objetivo ainda está por realizar-se, é o de fazer a assinatura da Senhora Princesa ostensivamente válida, para este efeito, pela sua presença nesse solo e entre os súditos espanhóis. Há algum erro na idéia de que a Princesa não está disposta a fazer tudo; o que ela disse, é que não pode fazer nada útil estando aqui; eu acrescento que ela possa prometer fazer e me encarrego disso tanto mais de boa vontade quando vejo, tratando dos assuntos diretamente com V.A.R., que há um grau de vivacidade e alguma amargura que deve evitar-se; se posso fazer algum bem, estou disposto, senão me retiro, de longe como de perto o sincero amigo e empregado muito humilde e devoto de Vossa Alteza Real”. Para verificar a carta completa consultar AGN, *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809) 173-174.

Tanto a ideia da ida de Carlota era atraente aos interesses desenvolvidos por Sidney Smith que ele afirmava haver ocorrido algum engano na interpretação de uma ideia exposta pela princesa (*Il y a quelque erreur dans l'idée*), pois ela teria dito que não havia como agir estando longe do palco dos acontecimentos, não que estivesse se negando a realizar alguma ação no que fosse concernente ao Vice-Reinado do Rio da Prata.

Em tantas correspondências, muitas ideias se cruzavam a favor ou contra a participação dos príncipes espanhóis na direção das colônias de Espanha, mas o que ficava patente era a rede de intrigas que havia se formado entre o Rio de Janeiro e o estuário do Rio da Prata. A cada mês, depois a cada ano, cada vez mais funcionários dos mais variados cargos, descontentes e, até mesmo, desvalidos de posses, iam se somando aos inúmeros súditos que propagavam as intrigas que envolviam os príncipes portugueses e espanhóis nas contendas sul-americanas. Isso é possível verificar, por exemplo, na correspondência enviada pelo governador interino de Montevidéu, dom Francisco Javier de Elío, a dona Carlota Joaquina, na qual ele se lamuria em relação ao vice-rei Santiago de Liniers, asseverando que este estaria em conluio com os franceses para conquistar os domínios ultramarinos espanhóis, colocando-os sob o cetro de Napoleão.

Dona Carlota Joaquina conseguia com dom Javier de Elío, mais um adepto a sua campanha para ascender ao trono, ao menos momentaneamente. Esse apoio vinha em boa hora, já que Liniers demonstrava claramente ser o entrave principal para os planos platinos da princesa, de Sidney Smith e de José Presas. Dom João, por sua vez, aos poucos convencidos pelas investidas de dom Rodrigo de Sousa Coutinho, influenciado por Strangford, foi deixando de lado o apoio que antes dava à esposa. Afinal, a inimizade que havia dentro dos palácios reais portugueses poderia passar à esfera pública e, principalmente, à diplomacia e à política territorial bragantina.

No Rio da Prata, ao final de 1808, as visões que se cruzavam por caminhos diversos, ao menos no plano político, deixavam antever os conflitos que seriam gerados, principalmente a partir de 1809, entre os súditos da Coroa espanhola. Entretanto, o cenário principal das tramas que corriam à solta não estava localizado naquele ponto encravado na Bacia Platina, ao menos até 1810, e, sim, no Rio de Janeiro, onde uma torrente de comissários, ministros entre tantos outros representantes ingleses, espanhóis e portugueses, aportava com a finalidade de participar intensamente –sempre tentando fazer com que as decisões pendessem para o seu lado– das discussões em torno dos planos de dom João, ou do conde de Linhares, em relação ao Rio da Prata.

Nesse teatro de cavilações, não podia deixar de ser considerável a participação da princesa dona Carlota Joaquina, ciceroneada por um inglês

extremamente centrado em seus objetivos, Sidney Smith, e um secretário espanhol que passou gradativamente a participar ativamente dos assuntos da princesa e do governo português, José Presas.

Pela rede de intrigas que corria nos meios palacianos do Rio de Janeiro, Carlota sabia o quanto aquele primo/sobrinho era querido por dom João, assim como tinha consciência dos planos de dom Rodrigo de Souza em apoiar o infante espanhol, não ela, para a sucessão de Fernando VII. Portanto, nada melhor que demonstrar uma centelha de concordância com o esposo e o ministro para conseguir o tão desejado consentimento.

No mesmo dia 19 de novembro, talvez pelas “coincidências” da vida cotidiana, Sidney Smith enviou um ofício ao conde de Linhares justamente para reafirmar a importância que teria a ida de dona Carlota Joaquina ao Rio da Prata, pois era imperativa sua presença a fim de reprimir os “espíritos de independência” que por aquelas bandas se anunciavam. Na mesma carta, porém, atestava que o plano do conde de invadir Buenos Aires com tropas portuguesas, auxiliadas pela esquadra inglesa,

non seulement produiroit le mouvais effet deja supposé contre les sentiments et desirs biens connus, et dec larés de S. A. R., mais aussi elle augmentaroit sur ce Continent, en occasionant des hostilités entre ces deux pays voisins, dans lesquelles la Grande Bretagne etant en paix et alliance avec tous les deux pour inclinée qu’elle fusse, ne pourroit agir en aucune maniere pour conserver / conserver ni l’un ni l’autre des suites facheuses d’une Guerre ruineuse et inutile. (AGN, *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I 280)⁹

Assim, dom Rodrigo de Souza, levado a aceitar as considerações de Smith, não teve outra saída senão esperar, pois, sem apoio bélico da Grã-Bretanha, não haveria como sustentar um ataque a uma praça tão distante do centro das decisões e, principalmente, onde os partidários dos portugueses não eram muitos.

9 Tradução: “Não somente produziria o efeito já suposto contra os sentimentos e desejos, bem conhecidos e declarados de S.A.R., senão também ela aumentaria neste Continente, ocasionando hostilidades entre estes dois países vizinhos, nos quais a Grã-Bretanha, em paz e aliança com os dois, por simpatia que tivera não poderia obrar de nenhuma forma para evitar, nem a um nem a outro, os resultados desagradáveis de uma guerra ruinosa e inútil.” Correspondência do almirante Sidney Smith ao conde Linhares, orientando-o a não levar adiante tal investida pelas conseqüências danosas que poderiam advir. 19 de novembro de 1808.

Uma coisa, porém, ficaria certa daquele momento em diante: já que dom Pedro Carlos não poderia ir a Buenos Aires auxiliado por tropas lusitanas, dona Carlota também não poderia sequer sentir o cheiro dos campos buenairesenses. Sua partida seria desastrosa para os planos lusitanos, já que a princesa, por todos os modos, tentaria na visão de Linhares, anular os elementos portugueses e o próprio marido, se as condições assim a permitissem. Em uma nota destinada a dom João, sem data e sem assinatura, lia-se o seguinte:

O meo parecer seria q' V. A. diseçe na carta que [por dois motivos] tinha demorado o deferir o suplica da Princeza não só por lhe custar esta separação e desaranjo em que ficavão seos filhos mas tãobem por q' tendo já protestado pello derecho[sic] de mesma Senhora [e seos filhos] no caso de faltarem seos irmãos. Lhe parecia um posso[sic] asselerado a darse em consentimento do governo de Espanha e de El Rey da Inglaterra seos aliados a quem sempre quer mostrar a melhor boa fé em tudo o q' obra tão próprio da sua pessoa e neceçaria nas presente [ocaszão] circunstancias e q' só convindo ambas as cortes [convirá premetir a] V. A. no q' a Princeza pertende [V. A. conviria com] daria a sua lisença e aprovação. (AGN, *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I 275-276)¹⁰

O autor, provavelmente, não assinou a supracitada nota justamente para não ser revelado em vista do conteúdo de tamanha importância para os fatos que estavam ocorrendo na Corte. Destarte, fica patente a força que tinham os homens próximos a dom João para fazer valer suas vontades, visto que, em 26 de novembro, o príncipe enviou uma correspondência a sua esposa com o seguinte teor:

princesa não ignora a parte q' tomo no q' pode interesar a Princesa com aos meus filhos. Por este motivo não deve admirar-se q' lhe diga q' sobre os seos interesses com os Espanhoes do Rio da Prata da America Espanhola nada pode fazer ou obrar sem o meu consentimento e sem ir de accordo com o Governo estabelecido em Espanha e com S. M. B., e deve acreditar q' em tempo oportuno

10 Importante registrar que a fonte está transcrita dessa forma em AGN, *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809) 275-276. E, por tal motivo, decidiu-se não alterar a sua forma, a não ser indicando as palavras que realmente estão com concordância errada em relação ao restante das frases.

nada lhe deixarei ignorar, para q' a Princeza tome então medidas sabias prudentes e q' não comprometão a dignidade e interesses da minha Real Coroa.

Estes são os meus sentimentos q' servirão de norma a sua conducta. (AGN, *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I 277)¹¹

Comparando as duas cartas, é possível notar a semelhança entre ambas, podendo levar até mesmo um leitor mais desavisado a crer que foram escritas pela mesma pessoa! E quem sabe não foram? Afinal, é notório que dom João não redigia todas as cartas que assinava, mesmo porque não lia todas as correspondências que recebia, cabendo essa tarefa a seus ministros e secretários particulares. Além disso, os despachos do Passo Imperial não estavam reservados apenas a uma instância do poder, mas a várias. Por esse motivo, acreditamos que alguns ministros, dentre eles dom Rodrigo de Sousa Coutinho,¹² passavam ao rei a versão que mais lhes convinha, que fosse útil para seus planos, assim como podiam enviar correspondências da forma como quisessem, suprimindo partes delas ao requererem a assinatura do príncipe regente.

Assim, entabulavam-se as negociações que se davam no Passo Real, no Palácio da Boa Vista, na Fazenda de Botafogo, todas interligadas pelo mesmo fio-condutor: o controle do Vice-Reinado do Rio da Prata. Dom João, como quem devesse maiores explicações à esposa, enviou-lhe uma outra correspondência, na qual insistia que,

11 Nota enviada pelo príncipe regente dom João a dona Carlota Joaquina, em 26 de novembro de 1808, em resposta à carta da mesma princesa, datada de 19 de novembro de 1808.

12 Especialmente aqui se comenta o que afirma Francisca Azevedo em sua obra sobre Carlota Joaquina, referindo-se aos pedidos que os buenaienses faziam em prol da ida da princesa para Buenos Aires, na qual assevera que “na corte do Rio de Janeiro, o documento dos patricios é recebido com certa cautela e sigilo pelo conde de Linhares. Apesar da explícita referência à princesa, na nota, dom Rodrigo **altera as informações contidas nas correspondências, fazendo crer a dom João que Buenos Aires convoca apenas a presença do infante**, [...] havendo chegado do Rio da Prata Felipe Contucci [...] havendo-me não só apresentado as Cartas que todas levo a sua real Presença, mas igualmente exposto a triste anarquia em que vão cair as províncias espanholas sendo de temer o que diz Sir Sidney Smith, e que só podem ser salvas aparecendo ali alguma força com o Senhor infante D. Pedro, que leve plenos poderes da Augusta Esposa e de V.A.R., tomo a liberdade de dirigir o mesmo Felipe Contucci” [Grifo nosso]. Esse trecho da correspondência do ministro conde de Linhares está relacionado à correspondência já citada aqui, enviada de Buenos Aires por Manuel Belgrano pedindo providências para a ida da princesa àquela capital platina. In: Azevedo, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, 151.

alem de todas as resons geraes e particulares acresça a acharme eu ao presente na mais estreita aliança com a Hespanha; mas para eu não só aprovar a sua hida a Bonos Ares, mas para concorrer para ella he necessário que a Junta Suprema do Governo da Hespanha, que governa em nome de seo mano me rogue por officios legais a hida da Princeza a Bonos Ares; e ainda isto sô não basta he necessário igualmente que o meu antigo, e fiel aleado El = Rei de Grão Bretanha [sic] aprove a sua hida a Bonos Ares. (AGN, *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I 278)¹³

Nessas palavras, dom João, em tom mais ameno que na nota anterior, justificava suas considerações acerca do impedimento de dona Carlota a ir até Buenos Aires. O que toma relevo nesse trecho é o quanto a cena política lusitana, principalmente em relação às questões sul-americanas, estava dependente do quadro político externo (de Espanha e Grã-Bretanha). Na mesma correspondência, o príncipe continuava expondo seus motivos, dizendo que “tonto pello contrario que da Suprema Junta de Hespanha nao tenha officio algum a esse respeito; da Grão Bretanha tenho officios feitos pelo Embaxador que protesta contra a sua ida enquanto a sua corte a não decedir;” assim, “me dificultao conscender com a Princeza a esse respeito” (AGN, *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I 278).

No último trecho da carta, o príncipe regente garantia que, somente após receber aprovação de seus aliados, a princesa deveria estar “certa que eu me nao pouparei a tudo quanto puder concorrer para efetuar a sua hida com a degnidade que lhe he devida, e em que eu tenho igual parte” (AGN, *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I 278). Esse projeto, porém, não aconteceu tão rapidamente como dona Carlota desejava, sendo adiado para 1810, após o reconhecimento dos direitos de sucessão da princesa por parte das cortes da Espanha. E, mesmo nesse caso, em razão dos acontecimentos que estavam ocorrendo em Buenos Aires e Montevidéu naquele ano, o projeto não foi posto em prática.

No mesmo dia 19 de novembro de 1808, entretanto, o almirante Smith, sempre presente em todos os acontecimentos que envolviam a princesa e, sobretudo, o Prata, enviou correspondência ao conde de Linhares em resposta às suas idéias de invadir Buenos Aires com o auxílio dos ingleses. Na carta, além

13 Correspondência do príncipe regente dom João a dona Carlota Joaquina, sem indicação de dia, do mês de novembro de 1808, ainda em resposta à carta de 19 de novembro.

das recomendações que fazia em relação ao assunto, sobre o qual se posicionou contrário, mais pela recepção que teriam naquela capital do que pela vontade belicosa, afirmava:

L'ordre naturel des choses nes peut être retabli que par l'operation tranquille des loix d'Espagne aidée par une Autorité au dessus de celle du Vice Roi pour le soucesse dans l'exercise de la sienne. S.A.R. Monseigneur le Prince Regent, dont le droit de sucesion fût clairement designé par la voix unanime des Cortes en 1789 a la preference au trône d'Espagne sur l'Infant Don Pedro Carlos. Dans cet étât des affaires on ne devroit pas perdre de vue ni negligier l'avantage de la presense de S.A.R. sur ce continent quand on considere les circonstances critiques deja remarquées (AGN, *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I 280-281)¹⁴

Nesse trecho Smith ressaltava a importância que dona Carlota teria em solo platino, já que eram evidentes os movimentos em prol da república. Na sua ótica, a presença da princesa, como instância suprema do poder, conseguiria dissuadir tais movimentos, o que o infante dom Pedro Carlos não seria capaz, já que ela tinha partidários favoráveis à sua primazia na sucessão espanhola.

Os movimentos em torno de uma possível independência da América Espanhola, especialmente de cunho econômico, estavam se organizando de maneira vertiginosa, ou seja, existia uma certa organização interna em algumas cidades onde o contato com o exterior e a situação eram propícios, com o objetivo de tornar a independência uma realidade. A cada dia que passava, a América tornava-se um barril de pólvora prestes a explodir!

Presas apontava a participação do ministro plenipotenciário inglês no Rio de Janeiro, Lord Strangford. Este representante do governo britânico, de fato, era ativamente contrário às intenções de se levar dona Carlota Joaquina ao Prata, até mesmo porque, as ordens que tinha recebido de seu superior George

14 Tradução: “A ordem natural das coisas não pode ser reestabelecida, senão pelo jogo pacífico das leis da Espanha, amparado por uma Autoridade superior à do Vice-rei para sustentá-lo no exercício da sua. S.A.R. a Senhora princesa Carlota Joaquina, Esposa de S.A.R. Monsenhor o príncipe regente, cujo direito de sucessão foi claramente expresso pela voz unânime das Cortes em 1789, tem preferência ao trono da Espanha sobre o Infante Dom Pedro Carlos.” Correspondência do Almirante Sidney Smith ao conde Linhares, orientando-o a não levar adiante a investida pelas consequências danosas que dela poderiam advir. 19 de novembro de 1808.

Canning,¹⁵ especialmente a partir de maio de 1808, enfatizavam que era “pouco necessário informar ao seu Lorde que, no presente estado das relações de Sua Majestade com a Espanha, Ele não poderia apoiar qualquer desígnio hostil à Paz e Independência dos domínios espanhóis na América do Sul” (Manchester, 112).

Era da parte de Strangford que os planos de dona Carlota em relação à América espanhola sofriam sérias ameaças. Ao que parece, as operações de Smith eram guiadas por um intuito próprio ou por orientações secretas do governo britânico (especialmente de Castlereagh, inimigo declarado de Canning e ministro da Guerra da Grã-Bretanha), enquanto Strangford ensandecia, pois mesmo com sua habilidade às vezes não conseguia dirimir os mal-entendidos provocados pelo almirante diante dos governos platinos. Por isso, o trabalho de Strangford teve de ser redobrado de cuidados para não incorrer no risco de demonstrar os reais interesses da Grã-Bretanha perante os governos em questão, assim como frisar que esses mesmos planos eram totalmente diferentes aos propostos por Smith.

É preciso que seja feita uma ressalva, entretanto, sobre as ordens que ambos recebiam, pois não havia, ao que tudo indica, um real desejo pessoal do almirante Sidney Smith em tomar conta do Prata para receber os louros da conquista ou ficar ao lado de dona Carlota com vistas a um futuro tranquilo, mas, simplesmente, que as ordens recebidas por ele e Strangford eram realmente contraditórias em seu cerne. O fato é que, provavelmente, o próprio governo britânico estava se contradizendo em suas assertivas em relação à América portuguesa e, principalmente, à América espanhola (Azevedo, “Carlota Joaquina, a herdeira” 6).¹⁶

15 George Canning, nascido em 11 de abril de 1770, em Marylebone, Londres, foi um político e primeiro-ministro britânico. Ganhou seguidores políticos desde o início da carreira como um excelente orador público. Ele foi um dos primeiros políticos a fazer campanha forte no país, fazendo muitos discursos fora do Parlamento. Em 1807, foi nomeado Ministro das Relações Exteriores do Duque de Portland. Mais tarde, ele substituiu seu antigo rival, o ministro da Guerra, Castlereagh, como secretário de Relações Exteriores no governo de Lord Liverpool após a morte do próprio Castlereagh, em 1822. Se tornou um ministro das Relações Exteriores de sucesso, especialmente ao evitar que a América do Sul caísse nas mãos dos franceses. Canning substituiu Lord Liverpool como primeiro-ministro em 10 de abril de 1827, mas em 8 de agosto de 1827, após passar apenas 5 meses no cargo, Canning morreu repentinamente de pneumonia em Chiswick House. Suas últimas palavras foram “Espanha e Portugal”. Consultar mais sobre a trajetória de George Canning em: “History of George Canning”. GOV.UK. Web. 6 abr 2021 <https://www.gov.uk/government/history/past-prime-ministers/george-canning>.

16 Um dos motivos que se podem aludir para ter gerado desacordo na política exterior inglesa durante o tempo em que Sidney Smith permaneceu no Rio de Janeiro era a inimizade entre os ministros dos Negócios Exteriores e da Secretaria de Guerra, George Canning, e o Visconde de Castlereagh, respectivamente. Ambos permaneceram, enquanto estiveram no poder, sempre em

Ao final de 1808, Strangford se valeria das suas correspondências com o governo inglês, principalmente para fazer representações contra as ações de Smith diante do soberano português. Manchester utiliza-se sobremaneira desses documentos em sua obra a fim de demonstrar o quanto Strangford e Canning estavam unidos pelo repúdio aos planos propostos por Sidney Smith, por suas ações junto à princesa Carlota (Manchester, “Capítulo V”).

A princesa Carlota Joaquina, no desenrolar dos fatos se viu associada às intrigas das quais seus auxiliares eram supostamente partidários, e provavelmente estivesse sendo utilizada enquanto pivô do projeto separatista das colônias espanholas, como alenta Azevedo (“Carlota Joaquina, a herdeira”). As circunstâncias denotavam um estado de fragilidade das pretensões da herdeira legítima do trono espanhol, pois em oposição se encontravam o ministro de Espanha no Rio de Janeiro, marquês de Casa-Irujo, o vice-rei do Prata, Baltazar Hidalgo de Cisneros, o ministro de seu marido, dom Rodrigo de Souza, e o ministro inglês no Brasil, Lord Strangford. Todos eles, em meados de agosto de 1809, se uniam em torno do mesmo objetivo, impedir que se consumassem os desejos de Carlota e dos partidários que lhe restavam na classe dominante em Buenos Aires, representadas principalmente pela figura de Manuel Belgrano, que continuavam a alimentar o projeto carlotista, ainda que sua real intenção fossem romper os laços com a Espanha.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As invasões francesas ocorridas no território ibérico, no início do século XIX, foram propícios para formar um novo arranjo político comercial entre a Inglaterra, Portugal e Espanha, especialmente no que se refere aos domínios coloniais americanos destes últimos. A vinda da Família Real portuguesa para o Brasil, em 1808, favoreceu, em benefício da Inglaterra, a assinatura de novos tratados favorecendo as suas transações comerciais, tais como os Tratados de Comércio e Navegação e a Abertura dos Portos às Nações Amigas, ambos de 1810, favorecendo a Inglaterra, especialmente no concernente às taxas alfandegárias. Entretanto, esta atuação não refletiu apenas no Rio de Janeiro, mas envolveu diretamente a Região do Prata.

desacordo acerca da política que seria levada adiante na América Espanhola. Assim, Smith deve ter seguido aquilo que seu superior orientou, em detrimento das atividades de Strangford, que recebia ordens diretas de Canning, pedindo que o enviado interviesse o máximo possível naquilo que era de interesse inglês, afinal, Smith não tinha autorização para isso.

Entretanto, as novas conjecturas americanas foram apenas uma parcela dos interesses políticos e comerciais postos jogo. A “causa carlotista” foi habilmente utilizada por influentes representantes ingleses com interesses na região, do Rio de Janeiro ao Prata. As invasões francesas na Europa geraram uma lacuna de sucessão nos tronos Ibéricos que deveria ser restabelecida, surgindo uma ímpar oportunidade de unir os domínios sul-americanos na figura da princesa Carlota Joaquina, então esposa do príncipe regente D. João, futuro rei D. João VI. Esta proposta, entretanto, não foi ao encontro de diversos interessados nas possessões coloniais, sendo motivos de constantes apoios e retrocessos, mesmo por parte da Inglaterra.

Os planos para a sucessão real, especialmente se tratando do Rei Fernando VII da Espanha (pai de Carlota Joaquina) foram motivos de revisão na conduta da política externa da Grã-Bretanha, que, anteriormente ao cenário em questão, possuía conturbadas relações diplomáticas com a Espanha. Entretanto, devido a esta nova configuração pós-vestida francesa, o cenário se fez propício para que as relações mudassem de tom, refletindo, obviamente, na América colonial os posicionamentos tomados entre a Inglaterra e as coroas Ibéricas.

Se, em determinado momento, o apoio destinado à união das possessões coloniais sobre o manto da princesa Carlota Joaquina era francamente favorável aos interesses econômicos e políticos ingleses, com o desenrolar dos fatos eles adquiriram rumo contrário. Sabendo das possíveis resistências de governadores coloniais, especialmente na região do Prata, a “causa carlotista” abortou, inclusive, gerando entraves por parte do próprio D. João, influenciado, obviamente, segundo os interesses ingleses.

Neste cenário, adquiriam fundamental importância alguns agentes ingleses tais como Castlereagh, Canning, Smith e Strangford. Um fato que ficou evidente ao longo do estudo diz respeito sobre a maneira da Grã-Bretanha colocar em prática, via transmissão de ordens aos seus representantes, os seus reais interesses na região. Em não raros os casos, o jogo diplomático tomava proporções muito mais complexas entre os próprios representantes ingleses do que estes para com as coras ibéricas.

Mesmo anteriormente as manifestações tomadas por um germe de “movimentos emancipatórios”, os quais adquiriram vulto no período que ficou conhecido por independências americanas, os interesses britânicos se fizeram sentir. Especialmente com as tentativas, ora com apoio, ora sem, de unir os domínios americanos sob o governo da princesa Carlota Joaquina, ou seja, uma estratégia habilmente utilizada para maximizar os ganhos, se não políticos, ao menos comerciais para a Inglaterra.

Os planos desta refletiam uma conjuntura própria para a sucessão em território ibérico, tento em vista outra sobre as colônias, o que nem sempre

entrava em comum acordo com o intuito dos governantes. O poder de influência inglesa nas tomadas de decisões por parte das famílias reais, seja ela portuguesa ou espanhola, fica evidente, especialmente na figura de D. João VI e seus reflexos segundo o protetorado inglês. De fato, qualquer investida na região, deveria levar em consideração os interesses ingleses, influência esta que perduraria por todo o século XIX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Azevedo, Francisca L. Nogueira de. *Carlota Joaquina na corte do Brasil. Civilização Brasileira, 2003.*
- , “Carlota Joaquina, a herdeira do Império Espanhol na América”. *Revista Estudos Históricos*, no. 20, 1997. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2049/1188>
- Brancato, Braz Augusto Aquino. “La misión diplomática de dom Pedro de Sousa Holstein en España y la cuestión de los derechos sucesorios de Carlota Joaquina (primeiros pasos)”. *IV Jornadas Internacionales de Historia de España*. Set. de 2004.
- Brum, Argemiro J. *Desenvolvimento econômico brasileiro*. 18.ed. Vozes; Unijuí, 1998.
- Camargo, Fernando. *Britânicos no Prata: caminhos da hegemonia*. Ediupf, 1996.
- , *O malón de 1801: a guerra das laranjas e suas implicações na América Meridional*. Clio Livros, 2001.
- Calogeras, J. Pandiá. *A política exterior do Império*. v. 1 – As origens. Senado Federal, 1998.
- Donghi, Tulio Halperin. *Historia de América Latina: reforma y disolución de los imperios ibéricos 1750-1850*. Vol. 3. Alianza Editorial, 1985.
- Faria, Sheila de Castro. *A colônia Brasileira: economia e diversidade*. Moderna, s.d.
- Gallo, Klaus. *De la invasión al reconocimiento: Gran Bretaña en el Río de la Plata (1816-1826)*. A-Z, 1993.
- Lima, Oliveira D. *João VI no Brasil*. 3. ed. Topbooks, 1996.
- Manchester, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. Trad. Janaína Amado. Brasiliense, 1973.
- Norton, Luís. *A corte de Portugal no Brasil: notas, alguns documentos diplomáticos e cartas da imperatriz Leopoldina*. 2.ed. Ed. Nacional; INL, 1979.

Presas, D. José. *Memórias secretas de D. Carlota Joaquina*. Trad. R. Magalhães Júnior. Edições de Ouro, 1966.

Fontes primárias

Arquivo histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro (AHI). Lata 172, maço 1, pasta 4. ----- Lata 175, maço 2, pasta 1.

Archivo General De La Nación – Buenos Aires (AGN). *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). AGN, 1961.